



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE, REALIZADA NO DIA  
TRINTA DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

-----Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, sobre a presidência de **Laurentino Dias**, o **Primeiro Secretário** – Manuel Salgado e a **Segundo Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----De seguida, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias, José Augusto Pereira Rodrigues, José Augusto Rodrigues de Sousa, Armando Cunha Pereira Mota e Susana de Fátima Pinto Cortez de Almeida, todos eleitos pelo PSD e Isabel Maria Oliveira Ferreira, eleita pelo PS;-----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade**.-----

-----Tomaram assento, os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de quarenta e oito Membros.-----

-----Em seguida, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros, para que, querendo, o consultassem.

-----Depois, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de um voto de pesar, subscrito por todos os Partidos, pelo falecimento dos dois fafenses José Soares e Armindo Bastos, em acidente de trabalho em Lisboa, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, **foi aprovado, por unanimidade**.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia, a existência de um voto de congratulação, subscrito pelo PS, sobre a posição ocupada pelo Município de Fafe no ranking dos Municípios com melhor desempenho financeiro, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, **foi aprovado, por maioria, com uma abstenção**.-----

-----Posteriormente, passou-se ao **período de intervenções**.-----



-----Fez uso da palavra **Alexandre Dias Leite, eleito pela CDU**, para questionar o Presidente da Câmara sobre a situação da Ponte de Passos e solicitou esclarecimentos sobre o programa “Rampa”, nomeadamente para saber se já existia uma data prevista para a remoção dos obstáculos que tinham sido assinalados no estudo, para regularização dos passeios no parque de estacionamento da praça Dr. José Florêncio Soares. Por fim, alertou para o aumento de contratação de serviços externos, como consultadoria e estudos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

- Relativamente a Ponte de Passos, informou que a situação não tinha sofrido alterações nos últimos dias, tinham sido iniciadas as obras de requalificação da estrada que ia da EN 207 até ao centro da freguesia de Passos, pelo que tinha deixado de haver um percurso alternativo para os veículos com mais de dez toneladas, pelos que as empresas de transporte de passageiros foram obrigadas a substituir os veículos para poder passar na ponte, pelo que estava a penalizar as pessoas daquela zona e esperava que rapidamente se encontrasse uma solução por parte das Infraestruturas de Portugal;-----

- Relativamente ao programa “Rampa”, o mesmo tinha sido contratado pelo executivo anterior, apenas se limitaram a concluir o estudo;-----

- Sobre a praça José Florêncio Soares e também, praça 25 de abril, cujos passeios se encontravam danificados, era uma das intervenções que se iria fazer no próximo ano e que estava a ser preparar de modo a manter ou substituir as árvores existentes, sendo, no entanto, intenção deste executivo aumentar o número de árvores na cidade;-----

-----Relativamente à contratação de consultorias de apoio para as várias candidaturas apresentadas, era uma opção política, e conhecendo o quadro de pessoal do Município, constatava-se que não existiam recursos suficientes para elaborar de forma satisfatória com a garantia de que as candidaturas tivessem sucesso.-----

-----O **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se, imediatamente, para o **Período da Ordem do Dia - Ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal.** -----





-----Solicitou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelos IPF**, para sublinhar dois aspetos da informação escrita, assuntos que tinha debatido várias vezes, um deles era a execução do separador central da via circular e o outro era a re-pintura, em alguns <sup>\*</sup>artérias, da sinalização horizontal. No seu entender, a colocação do separador evitava seguramente alguns acidentes, no entanto, faltava a possibilidade de fazer uma travessia segura de um lado ao outro da via.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se, imediatamente, ao **Ponto dois ponto dois – Apreciação da informação da Câmara relativa aos compromissos plurianuais assumidos no 3º trimestre de 2016;**-----

-----Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para dizer que se tratava de uma obrigação legal.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----Passou-se, posteriormente, para o **ponto dois ponto três - Apreciação e votação da Proposta da Câmara relativa às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017 e demais propostas aí incluídas;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que começou por dizer que era o último orçamento que este Executivo iria apresentar, era um documento que resultava de uma postura e atitude que tinham sido desenvolvidas ao longo dos quatro anos, uma atitude política de diálogo, de compromisso, de procura, <sup>\*</sup>de entendimentos, resultando da auscultação de todas as forças políticas presentes na Assembleia. Prosseguiu, dizendo que, tinham procurado despir a camisola partidária, pondo os interesses de Fafe acima de tudo. Estavam num contexto global e político particularmente difícil onde um Município como Fafe vivia muito das transferências do Estado, sendo pouco independente, embora já tivesse crescido um pouco nesse aspeto. Tinha sido apresentado um orçamento rigoroso, prudente mas ambicioso, que era um pouco maior do que o do ano anterior. Continuando-se a apostar fortemente nas políticas sociais, com a continuação dos programas de apoio. Era mantida uma forte aposta na criação de eventos, como uma forma de promover Fafe, procurando atrair investimento e desenvolver o setor do turismo. Prosseguiu, dizendo que, este orçamento tinha como pilares quatro grandes projetos que representavam quase doze milhões de euros, financiados por fundos comunitários, sendo o restauro da Escola



Secundária, a construção do centro educativo da Escola Carlos Teixeira, a recuperação do Bairro da Cumieira e a construção do Nó de Arões. Existia, também, um conjunto de mais pequenas intervenções, como a recuperação da piscina, do centro coordenador de transportes, a regeneração urbana de zona da cidade mais necessitadas, tais como o largo 1º de dezembro, a conclusão da Rua nas traseiras da Indaqua. Iriam ser concluídas as obras já iniciadas, como as do Mercado Municipal, a Rua de Saibro, em Regadas, as estradas de Passos e Antime e Silvares. O apoio às coletividades e às associações iria ser mantido, as transferências para as freguesias também iam continuar. Por fim, disse ser um programa ambicioso para um ano que todos esperavam que se fosse bom para Fafe.-----

-----Foi dada a palavra a **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa**, eleito pelo PSD, para dizer que estavam perante o terceiro orçamento deste executivo, que classificou como sendo o orçamento dos independentes do PS, dos independentes de Fafe e do PSD, uma vez que tinham sido surpreendido, recentemente, por um comunicado onde existia um enorme surpresa, pelo fato do PSD, mais um vez, ter aprovado o mesmo. Prosseguiu, dizendo que tinham havido vários encontros com o Presidente da Câmara, tendo havido abertura para acolher algumas propostas. Essa abertura, também, se tinha estendido aos Independentes por Fafe. Teceu vários comentários sobre a situação política do concelho.-----

----- Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que tinha sido a primeira vez, ao contrário dos anos anteriores, que tinham solicitado o contributo da CDU para a elaboração deste documento. Também, era verdade que essa solicitação não era nenhum favor que a Câmara estava a fazer, mas sim uma obrigação legal. Algumas medidas apontadas, tinham sido contempladas e eram justas e positivas, tendo as mesmas sido muito defendidas, tais como a construção de um canil municipal, a requalificação das piscinas municipais. Prosseguiu, dizendo que, relativamente ao crasto de Santo Ovídio, novas escavações iriam iniciar-se e recuperar-se as existentes. Entendia que, a verba para a requalificação da Central de Camionagem era escassa. Teceu alguns comentários políticos. Terminou, dizendo que era um orçamento que tinha alguns contributos da CDU, como das outras forças políticas, mas,





na sua globalidade, continha elementos com os quais não estavam de acordo, pelo que iriam abster-se.-----

-----Foi dada a palavra a **Manuel Fernando Marinho Alves**, eleito pelos IPF, que iniciou a sua intervenção dizendo que os IPF eram a força política mais representativa da oposição e que não tinham caído na tentação de optar pelo caminho mais fácil, abstando-se ou votando contra. Colocavam o interesse coletivo acima de qualquer interesse próprio, mesmo acima do interesse eleitoralista. Entendia que o Presidente da Câmara tinha feito um esforço, no sentido de acolher a grande maioria das suas propostas, daí que, e na sequência do sentido de voto assumido pelos vereadores dos IPF, também os membros da Assembleia aprovavam este orçamento. Prosseguiu, dizendo que, ficava claro que votar a favor, não significava que este fosse o seu orçamento. Terminou, colocando alguns questões sobre a taxa da derrama para 2017 , sobre as rubricas designadas de “diversos” e a falta do mapa discriminativo das transferências para as juntas. Por fim, questionou sobre a possibilidade da responsabilidade, em relação a ação movida pela empresa Contacwaves, se tornar uma obrigação.-----

-----Solicitou, também, a palavra **Raul Manuel Rebelo Cunha**, eleito pelo PS, para dizer que esta proposta constituía um documento político por excelência, e tendo em conta que era a última deste mandato, mais importante se tornava. Demonstrou o seu contentamento por ao longo destes três anos se ter sido capaz de manter, na Câmara, a tradição do rigor na gestão da coisa pública, mantendo-se, no próximo ano, essa linha de orientação. Salientou, a importância da grande preocupação com as medidas de apoio social dado que permitiu, a muitas famílias, ultrapassar os últimos anos de grave crise económica com mais dignidade, tendo sido esse rigor na gestão determinante. Era, também, com agrado que viam a importância do reforço na marca Fafe, mantendo as atividades que, no turismo e na cultura, tinham trazido vantagens na promoção deste território. Realçou a importância do Programa Portugal 2020 que irá permitir investimentos significativos no concelho. Era um orçamento de crescimento que continuava a dotar as juntas de Freguesia com condições financeiras para efetuar os investimentos necessários. Era, também, um orçamento coerente, equilibrado e de



confiança, pelo que o Partido Socialista ia votar favoravelmente. Teceu alguns comentários políticos.-----

-----Solicitou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues**, eleito pelos IPF, para tecer alguns comentários políticos e dizer que este orçamento era, do ponto de vista estritamente político, da exclusiva responsabilidade do PS e do PSD.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocado a votação as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, na generalidade, **tendo sido aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----De imediato, entrou-se na discussão, na especialidade, solicitando a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU para falar sobre os pontos em que iria votar contra, tais como o ponto dois das demais propostas da Câmara, relativamente à isenções fiscais, uma vez que não era o que a referida legislação dizia, pelo que não podia passar um cheque em branco, e, quanto ao ponto quatro, considerava que o Estado Central tinha todas as condições para baixar o IRS, se assim o entendesse, sem precisar de usar o orçamento municipal para o fazer, pelo que não lhe parecia correto que o mesmo baixasse à custa das autarquias.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que o que tinha sido referido pelo Deputado Alexandre Leite era mais um comentário do que propriamente um pedido de esclarecimento, relativamente ao ponto dois, o poder para conceder isenções era da Assembleia, que podia delegar na Câmara, o que era mais prático para a gestão corrente. Relativamente ao IRS, estavam a seguir a fórmula que era a habitual. Prosseguiu, para chamar a atenção de que, quer o financiamento das obras do Nó de Arões, quer da Cumieira, bem como o seu lançamento, a partir da aprovação deste orçamento, já seria possível lançar os respetivos concursos, uma vez que, para além do financiamento que resultará em 85 % de fundos comunitários, já tinham sidos autorizados, por esta Assembleia, empréstimos, de 1,5 milhões para a Cumieira e de um milhão para o Nó de Arões, que poderão ser utilizados ou não. Sobre o mapa das juntas, era exatamente igual, uma vez que tinha sido aprovado para o mandato, pelo que era rigorosamente igual ao ano passado. Sobre a derrame e o IMI, era habitual vir junto com o orçamento, mas este ano não aconteceu de propósito, por lei devem ser aprovados até setembro próximo, pelo que estavam a pensar trazer à primeira reunião





de 2017 um pacote fiscal porque o mesmo deveria refletir a consequência da aprovação da ARU, que esperava que hoje fosse aprovada. A mesma implicava isenções, agravamentos em algumas situações, pelo que entendia que se devia tratar este assunto com ponderação, pelo que a derrame virá ao mesmo tempo, assumido desde já o compromisso de procurar reduzir o mais possível. Sobre as verbas relacionadas com a ação movida pela empresa Contacwaves, por obrigação e imperativo legal, tinham de consagrar no orçamento o máximo que estava calculado no processo. Prestou esclarecimentos sobre as rubricas designadas por “diversos”.-----

-----De seguida, passou-se à votação na especialidade:-----

1. Autorizar a câmara municipal a celebrar e denunciar os contratos de delegação de competências, acordos de execução e outros apoios, nos termos das alíneas j) e k) do n.º 1 do artigo 25 da lei nº 75/2013 de 12 de setembro, em todos os domínios dos interesses próprios das populações das freguesias, de acordo com os critérios e/ou orientações aprovadas pela assembleia municipal. **Aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

2. Autorizar a câmara municipal a conceder isenções totais ou parciais relativamente a impostos e outros tributos previstos nos regulamentos municipais, até ao montante de 10.000,00 euros nos termos do nº 2 do artigo 16º da lei nº73/2013 de 3 de setembro. **Aprovado, por maioria, com um voto contra.**-----

3. Fixar, nos termos do n.º 3 alínea b), do art.º 106, da lei n.º 5/2004 de 10 de janeiro a taxa municipal de direitos de passagem (TMDP) em 0,25% para o ano de 2017. **Aprovado, por unanimidade.**-----

4. Fixar, nos termos do art.º 26 da lei n.º 73/2013 de 03 de setembro, em 3%, a participação variável do município no IRS a liquidar em 2018, sobre os rendimentos dos municípios de 2017. **Aprovado, por maioria, com um voto contra.**-----

5.1 - Dar autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela câmara municipal, nos seguintes casos:-----

a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes no Plano – PPI e/ou PAM;-----

b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos;-----



c) resultem de reprogramações financeiras legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimento;-----

**Aprovado, por unanimidade.**-----

5.2 - Que na sequência do pedido de autorização prévia formulado referido no número anterior, seja igualmente autorizada a delegação no presidente da câmara municipal a assunção de compromissos plurianuais. **Aprovado, por maioria, com uma abstenção.**--

5.3 - Que delibere ainda que a câmara municipal, com a emissão de autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos pelo órgão deliberativo, prestará informação trimestral da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta. **Aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Foi feita a votação final global, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Em seguida, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e Votação de Proposta da Câmara do Mapa de Pessoal e respetivos anexos – 2017;**-----

-----Foi a dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que existia um défice de pessoal, as restrições à contratação de pessoal que tinha resultado das condições económicas do país, tinham criado uma situação difícil o que motivava a fazer contratações externas. A Câmara precisava de ter o seu quadro rejuvenescido, precisava de ter o seu quadro motivado, e aproveitando a possibilidade criada no orçamento do Estado, tinha sido possível, no ano passado, aprovar a abertura de onze lugares para técnicos operacionais, que também constavam da presente ordem de trabalhos, a abertura de concurso externo. Este ano, tinham-se procurado mais com os aspetos técnicos e administrativos e, tendo em conta a grande carência administrativa, tinham sido criados trinta lugares, sendo vinte lugares novos e dez para dar a possibilidade a alguns dos funcionários poderem prosseguir na carreira.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU para dizer que o mapa de pessoal era manifestamente insuficiente, pelo que iam abster-se.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com oito abstenções.**-----





-----A seguir, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de abertura de procedimentos concursais na modalidade “Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado”;**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Transferência de verba para a Freguesia de Quinchães;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a Freguesia de Quinchães pelas razões aludias no requerimento pretendia transferir algum do capital de investimento para o próximo ano.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto sete - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de aquisição e declaração de utilidade pública da expropriação com carácter de urgência – Nó de Arões;**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que com a grande maioria dos proprietários tinha sido possível chegar a um entendimento, no entanto, com dois deles não tinha sido possível, dada que existia uma diferença muito grande entre a avaliação feita pelo peritos e a apresentadas pelos particulares.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto oito - Apreciação da Proposta da Câmara de correção material ao Plano de Pormenor da Zona Industrial do Socorro;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que se tratava apenas da correção da área de um lote.-----

-----**A Assembleia tomou conhecimento.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto nove - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de Alteração Protocolo relativo a concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, celebrado com a EDP – Distribuição Energia, S.A.**



-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para explicar que se tratava de uma recomendação da ANMP que tinha estado em negociação com a EDP que procurava dar atualidade ao protocolo anterior, nomeadamente na definição do que eram as coisas correntes, atendendo ao evolução das tecnologias. Esta alteração regulava a substituição das lâmpadas de mercúrio por Leds e em que condições.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de autorização para assunção de compromissos plurianuais – Contratos – Inter administrativos, com as Juntas de Freguesia, no âmbito da ação social**;-----

-----Pelo **Presidente da Câmara** foi dito que se estava a falar das transferências da Câmara para freguesia no que dizia respeito ao transporte, apoio as famílias e prolongamentos de horários.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que ao contrário do que era dito na proposta a educação era uma atribuição do estado central e não das autarquias. Prosseguiu, dizendo que a minuta do contrato era muito vaga.----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para dizer que a proposta vinha acompanhada de um mapa com os valores que cada junta ia receber, tendo solicitado ao **Vereador Dr. Pompeu Martins** que presta-se alguns esclarecimentos sobre este assunto, pelo mesmo foi dito que essas transferências resultavam de uma atribuição da Câmara por força de um contrato que a própria câmara tinha, já há muitos anos com o Governo Central, no domínio da educação e que estava centrado na questão do transportes que as juntas de freguesia faziam para levar os alunos até às respetivas escolas, também dizia respeito a componente de apoio à família ou seja aquele período em que a escola ainda não estava aberta formalmente e as crianças já lá estavam, pelo que era preciso um pessoa, quer no período da manhã, quer do almoço e da tarde. Estavam, também, incluídas algumas atividades que as próprias escolas desenvolviam e que tinham a participação e colaboração das juntas, nomeadamente as idas as piscinas e ao golfe. Terminou dizendo que o transporte escolar referente ao pré-





escolar era gratuito para todas as freguesias e para todos os alunos do concelho, tendo essa decisão sido deliberada em reunião de Câmara.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com um voto contra.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto onze - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara relativa à delimitação da área de reabilitação urbana da cidade de Fafe, apreciada pela Comissão de Análise de Regulamentos.**-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que a delimitação de uma área de reabilitação urbana podia e devia ser um instrumento de organização do território, uma forma de escolher uma determinada área que pelas suas características próprias necessitasse de uma atenção especial, de incentivos à reabilitação, podendo as ARU's serem positivas. Prosseguiu, dizendo que, em Fafe tinha-se começado pelo telhado, para irem buscar dinheiro a fundos europeus para fazer obras no Bairro da Cumieira, tinha-se verificado que era necessário inventar uma ARU, não estando em causa as obras da Cumeiria porque não era isso que se estava a votar, mas o que estava em causa era se estas zonas específicas que constavam do mapa na cidade, necessitavam de serem reabilitadas ou se existiriam outras zonas que deveriam ser escolhidas. Teceu alguns comentários sobre o assunto.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto doze - Apreciação e Votação da Proposta da Câmara de Regulamento do Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços do Concelho de Fafe, apreciada pela Comissão de Análise de Regulamentos.**-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou à votação as atas da sessão ordinária realizada em vinte e três de setembro de dois mil e dezasseis, sendo aprovada, **por maioria, com duas abstenções.**-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** deu a palavra ao público, na pessoa de **Benjamim Teixeira** para tecer alguns comentários sobre a Rua António Sérgio e sobre a



rua Guerra Junqueira, junto ao Grupo Nun'Alvares que estavam em mau estado de conservação.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra à Primeira Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. Colocada a votação, **foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e dezasseis .- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete do Anexo I da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----